

ENTRE A LEMBRANÇA E O ESQUECIMENTO: OS TRABALHOS DA MEMÓRIA NA RELAÇÃO COM LÍNGUA E DISCURSO

Fabiele Stockmans De Nardi

RESUMO: *Our task in this work is an attempt to understand some of the relations that are established between tongue, discourse and memory, based on what the discourse theory proposes,. We will provide, for this purpose, a brief theoretical explanation, working with the construction and functioning of these concepts, in order to specify their contour and reflect about their inter-relation. Passing through the real language, treating it as a materiality that feeds the discursive process, we will seek for the discourse, place for the production of senses and memory game. To conclude we propose a brief reflection about the effects of the assumption of the concepts of the discourse analysis to the work of the second language teaching.*

PALAVRAS-CHAVE: *língua, discurso, memória*

INTRODUÇÃO

Em “*O fabuloso destino de Amelie Poulin*” a personagem acidentalmente encontra uma caixinha na qual estão guardados os objetos

Fabiele Stackmans De Nardi é professora da Universidade de Caxias do Sul.

perdidos do passado de alguém. Escondido no interior de uma parede do antigo edifício onde mora Amelie, esse baú de segredos revela os resquícios de uma memória que talvez já estivesse perdida no tempo, apagada para todo o sempre até que alguém a tirou das sombras para voltar a remexê-la, para fazê-la trabalhar... Também nos textos de García Márquez as memórias perdidas tecem tramas, como foi o caso dos homens da empresa bananeira. Massacrados durante uma greve geral, eles foram apagados da memória da população de Macondo¹ como se nunca houvessem existido. Ventos, sucessivos, porém, arrastaram para longe o pó que os encobria e, pela escritura, a memória se fez novamente atualidade.

Esses eventos esquecidos, sufocados, recortados da história sempre voltam, portanto, a fazer eco, sempre encontram uma brecha pela qual consigam mostrar-se, sempre acham um discurso em que se possam infiltrar, algo capaz de revelar sua inusitada e, às vezes, indesejada presença. Funcionam mais ou menos como as velhas histórias de família, guardadas nos centenários baús e revividas pelas curiosas crianças que remexem os antigos vestidos das bisavós, trazendo para a sala de estar as incômodas palavras do passado aparentemente condenadas ao esquecimento nos silenciosos sótãos.

O que ocorre é que há sempre uma memória trabalhando em nosso dizer, descortinando esquecidos dizeres, fazendo furo na língua, memória com a qual os discursos insistem em brincar de esconde-esconde, ora ocultando-a, ora fazendo com que reapareça... uma intrincada relação que une língua, memória e discurso e sobre a qual tentaremos, agora, lançar alguma luz.

A LÍNGUA

Já em 1975, quando publicou *Semântica e discurso*, Pêcheux preocupou-se em definir o que entendia por língua. Segundo ele, é a língua a materialidade do discurso, a base comum para processos discursivos diferentes, processos esses que estão irremediavelmente inscritos numa relação ideológica. A inscrição na ideologia que caracteriza todo discurso é responsável por fazer com que essa materialidade ganhe novos contornos a cada vez que é posta em funcionamento, isto é, por fazer com que a mesma língua seja a matéria para diferentes discursos.

Entender a língua e defini-la dentro da AD foi sempre um desafio para os teóricos da área. Pêcheux foi à filosofia da linguagem para falar sobre ela, assim como Henry (1977- (1992), que fez da pressuposição um

¹ GARCÍA MÁRQUEZ, G. *Cien años de soledad*. Buenos Aires, Sudamericana, 1958.

tema de seu interesse a fim de alertar para o retorno do sujeito pelo sentido, reforçando, desse modo, a articulação entre língua, sentido e sujeito. O que fez, então, foi mostrar-nos que não há um sujeito exterior à língua e um sentido que se possa apreender *a priori*, concepção que coloca em xeque a relação do investigador com seu objeto de estudo, levando-nos para outra discussão fundamental dentro da teoria do discurso, aquela da contradição entre o objeto real e o objeto do conhecimento. Esse último, ao contrário do que insistia-se em afirmar, não se oferece jamais aos olhos do cientistas como se estivesse pronto, esperando que alguém viesse para observá-lo. Todo objeto de conhecimento é sempre produto de um trabalho do pesquisador sobre o objeto real, é, portanto, um modo de olhar para essa realidade, uma forma particular de compreendê-la e jamais ela mesma.

Para isso também chamou a atenção, em *La double faille* (1978), Fraçoise Gadet. Segundo a pesquisadora, o olhar do lingüista sobre a língua está determinado por uma necessidade de cientificidade que a disciplina reclama. Tal determinação é fruto de um processo de apropriação, pelo qual se forja o objeto, irremediavelmente atravessado pelas formações ideológicas nas quais ocorre, como já havia afirmado Henry, FIs que variam conforme a teoria a qual se filia o estudo a ser realizado. Sob esse prisma questiona Gadet a possibilidade de que os estudos da língua possam se apoiar sobre um único princípio de explicação, pressupondo uma clareza e uma unidade que esse objeto não parece permitir, enveredando numa infrutífera busca da Verdade.

A autora fundamentou seus trabalhos na crítica à concepção da língua como representável a partir da imagem de círculos concêntricos que se superpõem. Assim entendida, a língua teria um núcleo central, bordas e margens. Do primeiro daria conta a sintaxe, sendo os demais considerados problemáticos e resistentes a uma ideal descrição sintática. Segundo essa concepção, haveria ainda um exterior à língua, esse identificado com o discurso. Afastar-se desse pensamento é tarefa do analista de discurso que, conforme Gadet², deve ir ao encontro de trabalhos que pensem a relação entre língua, discurso e história, o que, diz ela, fazem Michel Pêcheux e Paul Henry ao ocuparem-se dos efeitos discursivos que se produzem a partir de uma base lingüística.

Pêcheux e Henry trabalharam, para tanto, no rastro da teoria de Foucault, autor que exerceu uma influência decisiva na construção dos

² Gadet reconhece as dificuldades de tal entrecruzamento, mas diz ser fundamental que se deixe de considerar inconsciente e história como exteriores da sintaxe, assim como não se pode conceber o discurso como esse elemento marginal que o duro núcleo sintático expulsa de seus limites. Inconsciente e história estão fincados no interior da sintaxe, fazendo com que sentidos sejam produzidos.

conceitos nucleares da teoria do discurso, assim como fundamental nesse trabalho foi Jean Claude Milner e suas reflexões sobre a língua. Ensinou-nos, Milner, que tudo não pode ser dito em termos de língua, resumindo assim a tensão vivida pela língua entre o possível (gramatical) e o impossível (agramatical), tantas vezes deixado de lado na busca da transparência e da correção no colocar em funcionamento a linguagem. Assumindo uma posição materialista em lingüística, esse autor afirma que toda língua possui uma divisão que se sustenta pela existência de um impossível inscrito na língua, estando ela representada pela distinção entre o correto e o incorreto.

Seguindo o rastro de Milner, em *O Amor da língua* (1978 (1987)), foi que encontramos os fundamentos desse real que constitui a língua da AD. Para explicar-nos o real da língua, o autor inicia dizendo que há um núcleo em cada uma das línguas que sustenta a sua unicidade, núcleo para o qual dá o nome de alíngua. Ele reconhece, ainda, o equívoco, uma dimensão do não-idêntico em toda locução que faz com que essa, ao ser ela mesma, possa também, simultaneamente, ser outra. É justamente o equívoco que desmente a suposta homogeneidade do dizer ao fazer vir à tona tudo o que permite, nesse dizer, o duplo sentido.

Com base nas palavras de Milner é que dissemos que uma língua é, entre outras, uma forma particular de produzir equívoco, sendo a alíngua a possibilidade de que exista língua e inconsciente (DE NARDI, 2002, p. 44). A língua com a qual trabalha Milner é, portanto, aquela em que o não-todo se inscreve pela alíngua. Ao perseguirmos o Todo esquecemos que dele foge a própria linguagem, porque há sempre algo que se perde, porque há nela um lugar do impossível, da falta, da incompletude, e é a língua da incompletude, do não-todo que nos interessa. Língua cindida, cheia de brechas pelas quais o novo se infiltra, fazendo vir à tona o que é latente e se mascara numa forçada unicidade.

Trabalhamos, portanto, com essa língua da alíngua, do real da língua, lugar em que se fala do que não pode ser dito, daquilo que está ausente mas faz eco. Esse impossível de ser dito resulta de uma proibição, ou seja, da possibilidade de que exista sempre um *não* pronto a manifestar-se em todo o discurso e que se diz a partir da formação discursiva a que tal dizer se inscreve. Esse *não*, determinado pelas condições de produção de um dizer, limita os efeitos de sentidos possíveis: pode ser um não ideológico, impedindo que um efeito de sentido determinado ganhe validade; ou um não histórico, invalidando um dizer pelo apagamento da memória.

Essa falta que o não-todo representa não é, no entanto, um problema a ser resolvido. O não-todo é a própria razão do dizer, aquilo que nos move a buscar a completude. O dizer é incompleto tanto quanto o é o

sujeito, ser incompleto e, por isso mesmo, sujeito de linguagem. Libertar-nos da prisão do Todo é o presente que nos oferece a incompletude como possibilidade de pensar língua e sujeito a partir do que lhe é mais próprio.

O que se tem, a partir da noção de real da língua, é a recuperação de um lugar negado ao equívoco, aquele da constitutividade em relação à língua. A língua do real nega a transparência dos sentidos, encaminhando-nos, desse modo, para um sentido dominante que se estabelece pela insistência do dizer, pelo esquecimento/apagamento de outros sentidos possíveis; um sentido dominante, portanto, mas não único, mas não o sentido.

Disso também tratou Pêcheux ao analisar a relação entre estrutura e acontecimento, mostrando-nos que é pela repetição que os enunciados ganham a aparência de já terem nascido colados ao acontecimento. Na verdade, essa cola entre o dizer e a realidade é uma ilusão que criamos: não há entre eles nenhuma relação que não aquela que a repetibilidade gerou, não sendo, o acontecimento, mais do que um *eco* do enunciado. A linguagem não pode cobrir o referente, para o qual ela apenas aponta, e é isso que garante o espaço do equívoco. Ao conceber que o dizer não dá conta do referente, não é capaz de recobri-lo, somos obrigados a admitir que a construção de um discurso sobre algo sofre sempre a intervenção do discurso que o domínio do saber ao qual nos filiamos formulou. Assim, o que fazemos é deformar, redesenhar, reinventar o contorno desse nosso objeto ao sabor das posições que assumimos, pois só assumindo um lugar de dizer somos capazes de construir um discurso, somos capazes de fazer com que efeitos se sentidos venham a ser produzidos.

Cria-se, nessa distância, entre o objeto e o dizer que sobre ele se constrói, um espaço vazio, o espaço da impossibilidade de tudo dizer e, ao mesmo tempo, da impossibilidade de que se diga de outro modo. Nesse lugar vazio é que o real da língua se mostra, fazendo emergir, com ele, o real da história que constitui todo dizer. Ao trabalharmos com a língua do real damos vazão à possibilidade de pensar o entrecruzamento entre linguagem e história, deixando de caminhar no terreno da realidade logicamente estabilizada (fruto de nossa necessidade de que ela assim seja) e da determinação como uma verdade, para admitirmos, entre outras coisas, que também a história é uma ciência da interpretação, portanto, também ela resultado de um olhar ideologicamente marcado. Por isso afirmamos sobre a recuperação do espaço do real na língua que

Esse movimento leva-nos, ao mesmo tempo, à possibilidade de que encontremos no dito o não-dito, aquilo que escapou ao dizer, mas que segue produzindo efeitos de sentido, resultando, ainda, na consideração de que todo o fato é, sempre, produto de uma interpretação. Por tudo isso é que Pêcheux afir-

mará que a descrição se instaura sobre o reconhecimento do real da língua pelo qual constata-se que o equívoco e a contradição não são defeitos da língua, mas elementos constitutivos dela. Toda descrição, dirá ele, está exposta ao equívoco da língua, do mesmo modo que todo enunciado é suscetível de tornar-se outro. (DE NARDI, 2002, p.48)

Reforçando essa relação contínua de trocas que marca a aproximação entre língua e história é que em 1981, num texto que resulta da parceria entre Gadet e Pêcheux, encontramos a definição de equívoco como o ponto em que o impossível, da ordem da língua, e a contradição, da ordem da história, encontram-se. Nele os autores reconhecem que a língua é afetada pelos processos sociais que, longe de deixá-la impune aos seus movimentos, acabam por modificá-la: se os processos sociais modificam a língua, também a história se vê afetada pelo equívoco. A língua possui, portanto, uma dupla materialidade, lingüística e história, e não mais simples instrumento de comunicação, é entendida na AD como o lugar em que efeitos de sentido se realizam.

Entender a língua desse modo é pensar que o histórico e o cultural já não precisam mais encontrar um lugar à margem da língua para acomodar-se, eles estão no seu interior, atravessando-a, constituindo-a, assim como constitutivo é o papel que exerce em relação a ela o social. Todos são parte, portanto, dos movimentos da linguagem. E foi para se chegar a essa língua que é produto social de um trabalho com a linguagem que a análise do discurso foi buscar o real da língua, modificando posições, instaurando um novo olhar a partir do qual as questões de língua fossem entendidas, pensando a análise lingüística como um momento da análise e não seu fim, ou, como bem declarou Serrani-Infante (1998, p. 247) ao falar da posição da AD em relação à língua, dando primado os gestos de descrição das materialidades discursivas, supondo o reconhecimento desse real da língua, dessa condição de existência sob a forma do simbólico “[...]; isto é, do próprio da língua, através do papel do equívoco, da elipse, da falta”.

Ficamos, então, com uma língua, marcada pela falta, pelo não todo, pelo impossível da ordem lingüística e, por outro lado, em relação constante com o real da história, com essa contradição complexa que ele representa: uma língua em constante movimento, língua viva, matéria de discursos, de histórias, de sujeitos.

QUANDO A LÍNGUA ENCONTRA O DISCURSO

Temos agora uma língua como o lugar onde os efeitos de sentido se realizam, resta-nos encontrar, então, a matriz geradora desses efeitos, o

que se pode fazer estudando os processos discursivos, verificando como se dá o encontro de língua e sujeito. Trabalha-se na AD para desvendar a relação tensa e constante existente entre o lingüístico, o discursivo e o ideológico e é para isso que se busca um diálogo com as teorias do inconsciente e da ideologia. Não há, no entanto, uma tentativa de sobrepor a tais teorias a discursiva, que antes nelas se alimenta a fim de melhor definir os conceitos com os quais trabalha.

É por esse diálogo que define-se, por exemplo, o estatuto do sujeito na teoria discursiva, afastando-o daquela noção de um sujeito dotado de intencionalidade e que seria o centro e a origem do sentido produzido pela enunciação, senhor de uma transparência que nem o sujeito, nem o sentido possuem na compreensão da AD. Nessa o sujeito ideológico é um sempre já-sujeito, isto é, deve ser visto a partir de sua identificação com uma ideologia. Pêcheux (1975 (1997), para chegar a tal formulação, estudou o conceito de interpelação de Althusser, com vistas a aproximar, na compreensão da subjetividade, as dimensões psicanalítica e ideológica que a comporiam. Essa concepção serve de esteio para se chegar à noção de forma-sujeito, que representa o modo como o sujeito do discurso se identifica com a formação discursiva em relação a qual se constitui, encontrando um lugar de dizer. É a forma-sujeito que simula, para esse sujeito, uma unidade do discurso.

Consoante com esse sujeito ligado a uma FD a partir da qual constrói o seu dizer, sujeito atravessado por ideologia e inconsciente é que será reformulado o conceito de enunciado nos estudos discursivos. Ao enunciado concede-se um lugar de destaque uma vez que ele traz consigo a possibilidade de articular-se léxico e sintaxe a partir da compreensão da língua como materialidade discursiva. Passa-se a olhar, como bem definiu Orlandi (1998), para a língua como ordem e não como organização, ou seja, ultrapassamos o lugar da regra e da sistematicidade que a análise da organização da língua nos permite, para nos instalarmos no espaço das materialidades, lugar no qual olhamos para a organização em busca de uma ordem significante, com vistas a entender o funcionamento do discurso, o modo como se dá o encontro entre o lingüístico e o histórico, um lugar da interpretação.

O gesto de interpretação é o lugar em que se tem a relação do sujeito com a língua, diz Orlandi (1996, p. 46), reforçando aquilo que nos disse Pêcheux (1983 (1990) ao contrapor-se a uma leitura construída sobre as frágeis estruturas da literalidade, tão pouco sustentável quando se passa a pensar o discurso e as intrincadas teias que nele e por ele são tecidas. A leitura, para a AD, se estrutura sobre a consideração de um sistema sintático que, longe de ser um núcleo duro e isolado do exterior, está aberto

para o jogo do dizer e, como tal, fornece pistas dessa discursividade, ou seja, nos ajuda a entender como se inscrevem, na história, os efeitos lingüísticos materiais. A leitura da AD jamais nos levará para “a” interpretação, dando-nos, ao contrário, a possibilidade de encontrar os sentidos múltiplos, e, assim, a possibilidade da produção de outros sentidos.

Para entender como concebe a AD o gesto de interpretação é preciso verificar como se dá a intervenção do ideológico na linguagem. Ele está na língua desde a sua formação, ou seja, está na base da relação entre língua e sociedade; uma vez que não são as línguas criadas por decretos ou, como lembra Henry (1977 (1992)), é pelos aparelhos ideológicos que o Estado intervém sobre uma língua, sendo resultado dessa intervenção a unidade ilusória da formação social, a impressão que se cria de que há um sentido literal a ser apreendido. Essa ilusão faz com que esqueçamos que não há sentido que seja válido para todos, uma vez que nas formações sociais existem não sujeitos, mas *lugares* aos quais vinculam-se as condições de produção e reprodução de significações, lugares que nos permitem prever os efeitos de sentido a serem produzidos no discurso e que, no processo discursivo, ver-se-ão representados por posições de sujeito.

Vêm de Althusser (1987) os primeiros esboços do conceito de ideologia com o qual trabalha a AD. É dele a definição de formação social como um mecanismo que, ao mesmo tempo que produz, reproduz as forças produtivas e as relações de produção existentes. O trabalho desse pensador está fundamentado no materialismo histórico e em sua proposta de partir das relações de produção da sociedade e do modo como elas se estabelecem para explicar os objetos de sua análise. É por esse prisma que vê, o materialismo, a história, as relações sociais e políticas, etc., teoria que concebe a tomada do poder como o objetivo último da luta de classes, do mesmo modo que entende que é a conquista e a manutenção do poder que dão sentido à existência do Aparelho de Estado.

É mergulhando em Marx que Althusser irá construir as teses que darão sustentação à teoria das ideologias. E será o pensamento de que a ideologia não tem história, em relação à concepção de Freud segundo a qual o inconsciente é eterno, que formarão o alicerce de uma ideologia vista como eterna, onipresente e imutável, representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência (ALTHUSSER, 1987, p. 85).

Em Pêcheux a observação do modo como se realizam os processos de reprodução/trans formação das relações de produção apontará para um espaço cada vez maior das possibilidades de transformação, o que se concretizará, mais tarde, na aceitação da contradição constitutiva de toda formação discursiva, resultado, também, da possibilidade de falha no encon-

tro de sujeito e ideologia. Como bem lembrou Teixeira (2000), Pêcheux acaba por ampliar a teoria de Althusser na leitura que faz dessa, trabalhando com a interpelação ideológica, ao formular a noção de forma-sujeito³, para reforçar a não-evidência dos sentidos, burla em que estamos imersos, partindo de duas importantes relações: uma entre o assujeitamento ideológico e o recalque inconsciente, e outra entre o primeiro e a noção de pré-construído. Essa última, tomada de empréstimo de Paul Henry, refere-se a um dizer anterior, independente e exterior ao enunciado que, no entanto, ele retoma fazendo com que esse saber pré-existente faça-se ouvir no discurso.

A questão da interpelação ideológica e do encontro entre ideologia e inconsciente alimentarão produtivas reflexões dentro da teoria do discurso. Como afirmamos acima, é com Pêcheux, (1975 (1997, p. 152-153) que iremos primeiro pensar a articulação entre *ideologia* e *inconsciente*, uma vez que são elas estruturas-funcionamentos comuns que dissimulam (de forma comum) sua própria existência no interior mesmo de seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências ‘subjéctivas’ nas quais se constitui o sujeito. É a dissimulação de uma determinação para sujeito e sentido que cria a evidência que repousa sobre ambos, se de um lado é pela evidência de que *eu sou realmente eu* que funciona o processo de interpelação-identificação, por outro é a crença na transparência dos sentidos que faz com que um enunciado diga sempre o que quer dizer, mero efeito ideológico, já que são as posições sustentadas por aqueles que dizem as responsáveis pelo sentido do dizer, fazendo com que os sentidos se movam conforme modificam-se as posições que os sustentam. Essa constatação está na base da consideração da formação discursiva como uma matriz de sentidos, ou seja, como o lugar no qual se determina o que pode e deve ser dito (e entendido).

Conceito chave da AD, a noção de formação discursiva passou por várias reformulações até chegar ao entendimento que dela se tem hoje. Bloco homogêneo de tomada de posições, campo de saber encerrado em seus próprios limites, assim era pensada a FD até que a consideração de uma heterogeneidade constitutiva para a mesma passa a ser reconhecida. O diverso, então, infiltra-se nas fronteiras da FD para lhe dar um novo formato, agora marcado pela contradição e pela pluralidade. Intimamente relacionada à ideologia, vista sob o prisma de suas contradições, a formação discursiva passa a comportar, no entendimento dos teóricos do discurso, simultaneamente, identidade e divisão, um duplo caráter que, para Pêcheux (1975 (1997, p.192), se deve ao fato dela não existir senão sob a

³ Pêcheux fala da coexistência indissociável na forma-sujeito de interpelação, identificação e produção de sentidos. (PÊCHEUX, 1975 (1997, p. 295)

modalidade da divisão, ou seja, de ser a contradição o lugar de sua realização. Lembrará, ainda, Pêcheux, em *Remontémons de Foucault a Spinoza*, que a consideração de uma heterogeneidade para a FD afeta diretamente a prática do analista, já que, impossibilitados de construir uma tipologia rígida que caracterizasse uma FD em relação a outras formações possíveis, temos agora que buscar compreender e definir a relação interna que cada FD mantém com seu exterior discursivo específico, relação que estará determinada pelos interesses postos em jogo em seu desenvolvimento e que referem-se a um momento determinado e a uma formação social específica.

Retomar esse lugar da contradição, tantas vezes apagado, significa na teoria do discurso uma nova postura de análise e, conseqüentemente, uma nova forma de compreensão de movimentos antes observados a partir da consideração de um poder uno a guiá-los. Tal movimento de aceitação e retomada da contradição foi possível dentro da AD graças ao retorno constante desses teóricos as suas próprias formulações. Foi isso o que fez, por exemplo, Courtine (1981) ao trabalhar com o enunciado dividido que, localizado no interdiscurso, apresenta-se como uma impossibilidade de que encontremos um sujeito pleno, representante da “voz” dominante da FD à qual se identifica, e, ao mesmo tempo, como uma prova irrefutável da heterogeneidade que constitui essa formação e nos impede de limitar com precisão suas fronteiras.

Courtine encontra em Foucault (1969 - (1972) a noção de contradição como condição de existência do discurso, que nasce para dela fugir sem saber que está condenado ao seu incessante retorno. A contradição é, para Foucault, o princípio da historicidade do discurso. O espaço do novo, antes restrito uma vez que estavam as análises do discurso presas ao repetível, já que fechadas em si mesmas e impossibilitadas de acolher posições contrastantes, agora vai expandido horizontes nessa FD mais maleável, mais porosa, que permite, ainda, ao sujeito, relacionar-se com o saber ao qual se identifica não apenas para repeti-lo, mas para finalmente tomar a palavra. Essa tomada da palavra encontra seus fundamentos em uma paráfrase discursiva que, localizada no interdiscurso, é entendida como relações entre efeitos de sentido. Assim a concebeu Courtine ao distanciá-la da paráfrase lingüística e, portanto, de uma identidade de sentidos que ela viria a produzir, colocando-nos definitivamente em espaços discursivos heterogêneos.

Nem por isso, no entanto, a FD deixa de ser o lugar de constituição do sentido, já que está diretamente relacionada com o interdiscurso, entendido, na AD, como a via de acesso aos modos como se dá a interpelação do sujeito. Lugar de aparecimento do enunciado dividido, o interdiscurso, que por um lado pode aparecer como efeito *pré-construído*

(o sempre-já-aí da interpelação ideológica), também é responsável pelo efeito de sustentação/articulação que constitui o sujeito em relação com o sentido. O que faz com que, conforme dissemos em um trabalho anterior (DE NARDI, 2002, p. 70), os elementos do interdiscurso possam ser considerados, no discurso do sujeito, como os traços daquilo que o determina, que ficou esquecido e que nele retorna por meio desses movimentos⁴. A tomada de posição não é, portanto, um ato originário, mas, como já havia dito Pêcheux, um efeito, na forma-sujeito, da determinação do intradiscurso como discurso-transverso, uma vez que é característico de toda FD, pela ilusão de transparência que nela se produz, a dissimulação do interdiscurso que a determina, como é também por identificação a uma FD que o sujeito é interpelado, processo responsável por fundar a sua imaginária unidade, apagando a entrada do sujeito no simbólico, e assim o que há no discurso de determinação do inconsciente, bem como a sua identificação com os processos socio-ideológicos. Importante é lembrar que a possibilidade de heterogeneidade na FD está intimamente ligada com a aceitação de que os processos de interpelação-identificação, jamais totais ou completos, nunca perfeitos em sua realização, vivem ameaçados pela resistência, pela possibilidade de que falhas venham a marcá-los. Longe de ser um problema, então, a possibilidade de falha na interpelação ideológica é a responsável, na AD, por uma reviravolta na consideração do assujeitamento e da noção de FD, totalmente repensada a partir da consideração de que cada sujeito identifica-se de forma diferenciada com a forma-sujeito de uma formação discursiva, o que leva à instauração de diferentes posições de sujeito dentro de uma mesma FD, essas representando, por sua vez, níveis diferenciados de identificação com um dito discurso.

Ao admitir-se a contradição no interior das FDs abre-se a possibilidade de que os sujeitos possam identificar-se com um saber determinado sem que precisem abrir mão do diverso, fazendo com que múltiplas posições possam instaurar-se nesse espaço da FD em que agora a unidade pode ser feita mediante a acomodação (que não é, no entanto, sobreposição de dois elementos heterogêneos e antagônicos) das diferenças em lugares falhos. Esse mesmo movimento faz surgir um novo olhar a respeito do assujeitamento, levando-nos a compreendê-lo, longe da imagem de uma força esmagadora que viria comprimir o sujeito, como o trabalho da língua

⁴ Pêcheux, no texto de 1975 (1997, p. 167), fala sobre a existência de uma relação direta entre o processo de sustentação/articulação, o discurso transverso e a metonímia. Entre outras observações, dirá que o interdiscurso enquanto discurso-transverso atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído, que fornece a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como sujeito-falante, com a formação discursiva que o assujeita.

sobre o sujeito, como a inserção desse sujeito numa rede de sentidos em que a ideologia representa uma direção para os processos de significação, já que é inerente ao sujeito a necessidade de atribuir sentidos e, portanto, de interpretar, de produzir uma leitura. Também a interpretação é resultado da relação entre sujeito, língua e história, portanto, atravessada por essa ideologia que representa, no discurso, a relação imaginária que mantém o sujeito com a realidade que o cerca.

Entender a ideologia conforme o fez a AD é assumi-la como um direcionamento dos processos de interpretação, posição reafirmada por Pêcheux na obra de 1983 (1990). Nesse trabalho em que questiona-se sobre ser o discurso estrutura ou acontecimento, observa a relação entre os movimentos de descrição e interpretação chamando a atenção para o fato de instaurar-se o primeiro sobre o reconhecimento do real da língua, estando toda descrição exposta ao equívoco uma vez que ao descrevermos um enunciado nos colocamos diante de um discurso-outro que é um espaço virtual de leitura para tal enunciado, suscetível, assim, de também tornar-se outro. Isso significa que mesmo que esteja o discurso inegavelmente inscrito numa rede de memórias e de práticas sociais, existe sempre para ele uma possibilidade de desestruturação-reestruturação desses percursos do qual é produto. E é a falha na interpelação ideológica que abre tal possibilidade. Os discursos vivem a reestruturar-se, ora para negar-se, ora para repetir-se, e é aí que acontece o encontro entre estrutura e acontecimento. Se o discurso não está condenado à estrutura, porque sempre há a possibilidade de que venha a renovar-se, tampouco é ele domínio do puro acontecimento, que ao aparecer forma redes de dizeres que serão repetidos, e que, portanto, virão a formar uma estrutura suscetível de ser ameaçada outra vez por um acontecimento que, livre da rede, apareça como o novo a nela fazer furo, exigindo nova organização, construindo novas redes, originando estruturas outras e, com elas, a possibilidade de que um novo efeito de sentido passe a ecoar.

QUANDO O DISCURSO ENCONTRA A MEMÓRIA

Delimitamos, acima, os contornos desse objeto teórico da AD, o discurso, prática social que se produz materialmente pela língua sem, no entanto, com ela se confundir. Com a concepção de discurso que forja e a sua colocação como lugar de observação, como objeto de análise, a AD retira o discurso da posição de resíduo, fazendo o mesmo com o social, o histórico e o cultural. Conforme já afirmamos, eles agora deixam de estar na linguagem para explicá-la, passam a fazer parte dos movimentos de linguagem: atravessam as línguas, constituem os discursos, dizem-se pelos

sujeitos. Tomar uma posição discursiva, significa, desse modo, reconhecer o discurso, reconhecê-lo como o ponto de encontro entre o real da língua - e seu impossível -, e aquele da história - com a contradição que lhe é inerente -, caminhando, dessa forma, para o encontro com as contraditórias e heterogêneas formações discursivas.

É por essa trajetória que chegaremos ao interdiscurso como o lugar ao qual o sujeito retorna para produzir o seu dizer. O interdiscurso representa uma dimensão não-linear do dizer (em oposição ao intradiscurso⁵), sua verticalidade, fazendo-nos ingressar no campo do pré-construído, do já-dito para o qual o sujeito se volta ao identificar-se com a FD a partir da qual construirá o seu discurso. Volta-se o olhar, então, para a rede das formações discursivas em que o discurso em questão está inserido, sendo mister lembrar que esse retorno, no entanto, nunca é pura reprodução, como se o discurso fosse a imagem no espelho desse dizer anterior que retoma, mas antes re-significação do já-dito que apontará tanto para o sentido já-posto⁶, quanto para novas possibilidades de produção de sentidos.

Possibilita-nos, ainda, o interdiscurso⁷, compreender as formas de realização do assujeitamento, já que é ele o lugar no qual se forjam, para o enunciador, os objetos de conhecimento sobre os quais falará, obrigando-nos a olhar para um sujeito descentrado, em relação constante com um exterior que o determina, marcado, portanto, pela alteridade. Esse sujeito, que não é mais fonte do dizer, será afetado pela historicidade prévia à formulação do enunciado. Entram em jogo, assim, heterogeneidade (impossibilidade de dizer que parasita toda manifestação da linguagem) e imaginário (matriz de dizeres que antecedem a identificação do sujeito, materializando-se pela intervenção do simbólico).

Como um fantasma do dizer, a heterogeneidade (que também é marca do sujeito, o qual vive na linguagem a buscar sua unicidade, assim como brinca com ela para que possa tornar uno o seu dizer) marca a presença do outro como lei para todo o qualquer discurso. O entrelaçamento de vários discursos é, assim, condição do dizer, que sempre traz consigo uma palavra vinda de outro lugar. As palavras mesmas estão marcadas por

⁵ Efeito do interdiscurso sobre si mesmo, é o intradiscurso o fio do discurso, a dimensão horizontal, linear do dizer que nos possibilita entender o que aquele que enuncia efetivamente diz em relação ao que disse antes e acabará por dizer depois. O intradiscurso refere-se ao funcionamento do discurso em relação a si mesmo.

⁶ O pré-construído fornece o material histórico e social no qual o sujeito se constitui e, se o interdiscurso aparece como efeito desse retorno, também podemos vê-lo, no discurso-transverso, como as diferentes possibilidades de substituição de uma palavra/expressão por outra com o 'mesmo sentido'.

⁷ Existe uma relação estreita e necessária entre inter e intradiscurso: o primeiro é o espaço de construção do pré-construído, e, o segundo, o de sua enunciação por um sujeito.

esse fantasma, já que, dotadas de vida, de história, de uma caminho discursivo, não funcionam nunca com neutralidade, definindo, por sua discursiva trajetória, os efeitos de sentidos possíveis de serem produzidos. Ideologia, interdiscurso, alteridade, heterogeneidade (entre outros conceitos) atestam a inegável relação entre sujeito e linguagem, garantindo, ainda, a consideração do outro nos movimentos do dizer: outros efeitos de sentidos, outras posições de sujeitos, outros lugares de dizer estão sempre prestes, portanto, a concretizar-se nos discursos.

Essa dinâmica que se constrói na relação entre sujeito e linguagem (relação marcada pela incompletude) também é comprovada pela consideração da identidade, a qual produz um efeito de evidência que dissimula para o sujeito o fato de ser ele o resultado de uma entrada no simbólico, recobrando os processos de identificação-interpelação⁸ pelos quais ele se forja como um Eu. Não existe, portanto, para o sujeito, uma identidade construída *a priori* que ele simplesmente assumiria, é de um processo de identificação, calcado no imaginário, que resulta a identidade do sujeito, também ela movente, uma vez que novos processos de identificação são capazes de produzir outras identidades para esse sujeito. Voltamos aqui à tensão entre anterioridade e atualidade, linearizadas pelo discurso numa tentativa de apagar aquilo que lhe dá origem, ou seja, esse pré-construído que atravessa o dizer e o sujeito.

Esse lugar anterior, intradiscursivo, é o lugar da memória, o espaço em que ela fica “guardada”, formando lugares de dizer em que os já-ditos se assentam esperando o momento de retornarem pelo discurso. Formam, assim, um *domínio de memória*, que, como diz Courtine (1990, p. 18), constitui uma exterioridade do enunciável para o sujeito enunciatador na formação dos enunciados “preconstruídos” de que sua enunciação apropria-se.

Assim como não há para a FD um sujeito onipotente que possa representar a sua unidade, também em termos de memória não se pode falar de uma voz única que pudesse representar para o sujeito o ponto de identificação: aqui também entrarão em funcionamento as posições de sujeito a regular os movimentos de apropriação, pelo sujeito, desses dizeres anteriores que atualizam-se em seu discurso:

(...)o interdiscurso, sabe-se, fornece, sob a forma de citação, recitação, ou préconstruído, os objetos do discurso em que a enunciação se sustenta **ao mesmo tempo** em que organiza a

⁸ Ver sobre o tema DORNELLES, E.F. *Da germinação da semente à colheita do grão: análise do funcionamento das relações de identificação na formação discursiva do assentado*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

identificação enunciativa (...) constitutiva da produção da formulação por um sujeito enunciador. (COURTINE, 1999, p. 20)

Há, portanto, uma inegável e forte ligação entre identidade, imaginário e memória. Se a identidade se faz por meio de processos de identificação, tal processo se dá com base no imaginário, aqui entendido como uma matriz de dizeres que antecedem a identificação do sujeito e que se materializarão pela intervenção do simbólico. O imaginário pode ser entendido como uma série de discursos anteriores pelos quais se cria para o sujeito tanto a imagem da língua com a qual se relaciona, quanto a sua própria imagem. Assim entendido, ele aparece como uma forma de conhecimento que determinará o modo como o sujeito apreende a realidade.

Esse modo de aproximação da realidade irá determinar, também, o modo como se relaciona esse sujeito com a língua, que é o elemento primeiro da construção de sua identidade, uma vez que é por ela que o sujeito se diz, língua⁹ que sustenta, ainda, a identidade coletiva de um povo, já que a ela é inerente a sua memória, o seu trabalho sobre os sentidos, as tramas que teceu a história em sua criação. A memória como virtualidade de significações (FERREIRA, 2001, p. 20) representa esses resquícios da história, real ou fictícia, com a qual os sujeitos se relacionam por meio de uma relação imaginária (re)atualizando-os em seu discurso. É na tensão entre esquecimento e retomada que vive a memória; não há sujeito sem memória, porque ela é a base de sua identidade; assim como não há discurso que possa dela se esquivar, porque pela memória se fazem possíveis os sentidos.

Por isso é que o apagamento da memória é tão significativo, ao apagar-se a memória cria-se a ilusão de que o novo acontecimento funcionará livre das amarras do passado; original, originário, ele formaria o marco zero dos discursos que sobre ele irão versar, fundando novos sentidos, independentes daquilo que antes deles se produziu, fundados sobre o esquecimento dessa memória recusada. Essa recusa, porém, não se faz inteira, não se faz perfeitamente, deixa brechas, deixa falhas nas quais se infiltra a poeira da memória: essa história feita de cinzas que, no entanto, permanece latente nos discursos, impregnada na língua pela qual os mesmos se constróem.

Sobre isso falou Sériot (1999, p. 24-26) ao analisar a busca da identidade na Rússia por meio da língua, nomeando essa recusa da memória como uma dissolução das fronteiras de uma identidade coletiva. Para o autor, é para tornar imprecisos os limites da identidade coletiva que se

⁹ Não é à toa que a grande maioria dos trabalhos que se dedicam a estudar os processos de colonização/escravização de um povo apontam o extermínio da língua nativa, ou a sua manipulação como instrumentos eficazes de sujeição ao dominador.

quer uma língua sem memória (ao falar sobre o esperanto), assim como, acreditamos, serve o apagamento da memória para nos fazer esquecer que é a língua produção de sujeitos, que os discursos são tecidos pela história e que nele os sentidos só se produzem pelo retorno a uma memória que lhes dá sustentação e existência. A língua sem sujeito, a língua sem história, a língua sem memória é elemento amorfo, pura estrutura, língua estática, sem movimento, sem sentidos.

QUANDO O SUJEITO ENCONTRA A LÍNGUA DO OUTRO

Entender como se tecem as tramas da memória em nossos discursos e aceitar que a língua está atravessada por essa memória, povoada pelos resquícios históricos que a mesma traz consigo, que é produto de sujeitos e ganha existência pelos movimentos discursivos que a colocam em funcionamento, obriga-nos a olhar para o ensino de segunda língua como um movimento que se faz entre um sujeito constituído pela sua língua materna, e toda a história que ela traz consigo, e uma outra língua, fruto de outros processos histórico-sócio-culturais, falada por outros sujeitos e, por isso, um desconhecido espaço no qual esse aprendiz precisa encontrar um lugar de dizer.

Na língua materna está aquilo que nos é mais caro, a nossa identidade, assim como é por ela que reativamos os elementos dessa memória compartilhada que determina a nossa relação imaginária com o real, o modo como o construiremos, os lugares que iremos assumir para sobre ele falar: assumir a língua do outro é, portanto, compartilhar com ele também uma memória.

Em um trabalho anterior (DE NARDI, 2002) defendemos a consideração do imaginário como um elemento fundamental para a construção de um lugar para o sujeito na língua do outro. Isso se deve ao fato de que, ao inserir-se numa segunda língua, o sujeito sofre modificações nas suas formações discursivas fundadoras, resultantes de sua identificação com a língua materna e que permitiram a esse sujeito encontrar um lugar de dizer, tendo a possibilidade, assim, de tomar a palavra na sua língua. Passar para o universo do outro exigirá desse sujeito um (re)colocar-se, um (re)encontrar-se, só que dessa vez no espaço do outro, pois tomar a palavra nessa outra língua pressupõe a inscrição do sujeito em processos identificatórios nela e, portanto, a realização de movimentos que coloquem em jogo um outro imaginário.

E é a noção de efeito-sujeito com a qual trabalha a AD que nos dá a possibilidade de pensar esse recolocar-se do sujeito: um sujeito incompleto, constituído historicamente, atravessado por redes de memória e,

portanto, pronto a assumir outras identidades, a dizer de outro modo, a dizer-se em outra língua. E voltamos ao outro e seu papel no discurso, sua função estruturante, como afirmou Serrani-Infante (1998, p. 238), que pode ser entendida quando analisamos a contraditória relação entre linguagem e identidade, quando pensamos no entrecruzamento de intra e interdiscurso, quando pensamos na alteridade como uma marca desse sujeito.

A língua constitui esse sujeito, está na base de sua estruturação psíquica. Sair do cômodo espaço da língua materna para entrar na língua do outro é um movimento, portanto, que mexerá com sua estruturação psíquica, reorganizando o seu modo de relacionar-se com a realidade, de apreendê-la e, dessa forma, de relacionar-se com a língua. A nossa grande preocupação em fazer com que o aluno domine a materialidade da segunda língua, já alertava Serrani-Infante (1998), faz com que esqueçamos de trabalhar essa língua no que lhe é mais próprio: sua história. Acabamos, então, por criar uma série de situações comunicativas, artificiais e des-historicizadas, nas quais o aluno deverá mover-se, permanecendo na crença de que língua preexiste ao discurso e que, portanto, tenho primeiro que dominar a estrutura para depois produzir sentidos. O que ocorre é que, com tais estratégias, o que conseguimos é, na maioria das vezes, simplesmente que o aluno reproduza estruturas prévias, não chegando a produzir enunciados singulares, não chegando a inscrever-se como sujeito nessa outra língua, a tomar a palavra.

Com tal atitude negamos a dupla materialidade da língua e, pior, negamos ao sujeito a possibilidade de que, no colocar em funcionamento a língua, ele encontre efeitos de sentido sendo produzidos, atitude que, nos parece, é preciso que abandonemos se for nosso desejo auxiliar o sujeito a tomar a palavra nessa outra língua.

Não se pode tomar a palavra sem que tomemos uma posição. É mister, então, que esse sujeito passe a ocupar, no trabalho com a segunda língua, um lugar na rede de discursos nela produzidos, é necessário que ele coloque em funcionamento as redes de memória que o constituem¹⁰ e pelas quais o mundo é por ele lido, interpretado, (re)significado, levando, tal movimento, a uma reviravolta nas formações discursivas fundadoras do sujeito, naquilo que nele está inscrito juntamente com as palavras que traz da sua língua materna. Essa organizada estrutura que a língua materna representa sofrerá os abalos do encontro com o outro. Criar-se-á, assim, um abismo entre as palavras e as coisas, entre os sentidos e as formas, deixan-

¹⁰ Ver sobre a questão Serrani-Infante (2000), trabalho em que a autora faz algumas reflexões sobre os processos de nomeação na aprendizagem de uma segunda língua, trabalhando com a noção de redes de formações discursivas.

do a descoberto a opacidade da língua, fazendo-nos ir ao encontro da real impossibilidade de colarmos língua e realidade.

No mundo do outro, tendo que enxergar por seus olhos, falar-se por sua língua, o sujeito vê-se obrigado a reinventar-se, e, cheio de palavras, porque ser em línguas, precisará encontrar um terreno propício para a aprendizagem dessa língua do outro, para a busca de um novo lugar de dizer. Por isso deixar de lado a crença de que ao oferecermos o conhecimento da estrutura de uma língua estrangeira, possibilitamos ao aprendiz tornar-se falante dessa língua, por isso pensarmos uma língua com memória, com história, com sujeitos, para que possa ser o aprendiz, também, um sujeito nessa língua.

BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. 3. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1987.
- COURTINE, J. *Analyse du discours politique*. Paris, *Langages*, n. 62, jun. 1981.
- _____. O chapéu de Clémentis. In: INDURSKY, F. & LEANDRO FERREIRA, M.C.; (Org.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre, Sagra-Luzzatto, 1999. (Coleção Ensaio, 12)
- DE NARDI, F. S. *Outros dizeres sobre o ensino de segunda língua: um lugar para a tomada da palavra no terreno da opacidade e do real*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- FERREIRA, M.C.L. (Coord.). *Glossário de Termos do Discurso*. Porto Alegre, UFRGS, 2001. (Edição do Autor)
- FOUCAULT, M. (1969). *A arqueologia do saber*. Petrópolis, Vozes, 1972.
- GADET, F. La double faille. In: *Actes du Colloque de Sociolinguistique de Rouen*, 1978.
- GADET, F.; PÊCHEUX, M. (1981). *La lengua de nunca acabar*. México, Fondo de Cultura Económica, 1984.
- HENRY, P. (1977). *A ferramenta imperfeita*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1992.
- MILNER, J. (1978). *O amor da língua*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1987.
- ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento; as formas do discurso*. 4. ed. Campinas, Pontes, 1996.

- ____. *Interpretação*; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1998.
- PÊCHEUX, M. (1975). *Semântica e Discurso*; uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1997.
- ____. (1983). *O discurso; estrutura ou acontecimento*. São Paulo, Pontes, 1990.
- SÉRIOT, P. Anamnésia da língua russa e a busca da identidade na Rússia. In. INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M.C. (Org.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre, Sagra-Luzzatto, 1999. (Coleção Ensaio, 12)
- SERRANI-INFANTE, S. Diversidade e alteridade na enunciação em línguas próximas. *Letras*, Revista do Mestrado em Letras da UFSM, jan./jun. 1997.
- ____. Abordagem transdisciplinar da enunciação em segunda língua: a proposta AREDA. In: SINGNORINI, I. & CAVALCANTI, M. (Org.). *Linguística aplicada e transdisciplinaridade*. Campinas, Mercado de Letras, 1998.
- ____. Singularidade discursiva na enunciação em segundas línguas. In. LEITE, N. V. A. (Org.) *A singularidade como questão*. Campinas, *CADERNOS DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS*, n . 38, jan./jun. 2000.
- TEIXEIRA, M. *Análise de discurso e psicanálise*; elementos para uma abordagem do sentido no discurso. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2000.